

Ministérios

Ministério da Justiça

Procuradoria-Geral

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PARERE Nº 15, DE 29 DE SETEMBRO DE 1994

Ato de Concentração : nº 11/94

Interessadas : VOLAT INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA e CILPE
COMPANHIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Relator : Conselheiro MARCELO MONTEIRO SOARES.

EMENTA: Ato de Concentração Econômica. Disciplina legal. Superveniência da Lei nº 8.884/94, art. 54 e seguintes. Manifestação do CADE em trinta dias, sob pena de aprovação automática do ato. Transcurso dos prazos de trinta dias, sem manifestação da SFE e da SDF. Reflexos administrativos, nenhum para a empresa. Aquisição do controle acionário de empresa pública. Domínio no mercado relevante regional caracterizado. Análises técnicas da Secretaria de Política Econômica e da Secretaria de Direito Econômico favoráveis ao ato de concentração. Compromisso de desempenho necessário. Acompanhamento do mercado, com destaque à participação da empresa holding. Parecer favorável ao ato de concentração, que poderá ser revisto se desatendidas as condições determinadas. Apreensão quanto aos Programas Estadual e Nacional de Desestatização. Possibilidades de reflexos negativos na concorrência. Necessidade de audiência prévia do CADE.

PARERE PG Nº 16/94 de 03 de novembro de 1994

RECURSO DE OFÍCIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/92

Representada : AKZO LTDA - DIVISÃO ORGANON DO BRASIL
Conselheiro-Relatora : NEIDE TERESINHA MALARD

EMENTA: Recurso de ofício. Arquivamento de processo administrativo. Acusação de infração ao art. 39, I, da Lei 8.158/91. Maquiagem de produto. Infração econômica praticada após a representação. Dominação de mercado, dano à concorrência ou aumento arbitrário de lucros não verificados. Alteração na quantidade de 30 para 28 comprimidos compatível com o ciclo feminino. Produto excluído do regime de preços do CIP. Ilícito econômico impossível, por incapacidade do agente, meios utilizados e fins colimados. Provento do recurso.

PARERE PG Nº 17/94 de 26 de outubro de 1994

Representação : nº 09/94

Representadas : Colégio Positivo Vestibulares, Curso Positivo Brasil, Colégio Positivo Carlos de Carvalho e Positivest Editora de Livros Didáticos Ltda.
Relator : Conselheiro JOSÉ MATIAS PEREIRA.

EMENTA: Representação por uso indevido de marca, afirmação falsa, omissão de informação relevante sobre o produto oferecido, e por infração aos arts. 175, I, II, IV, V, 176, I, 177, II, e 178, III, de todos os Decretos-lei nº 7.704, de 1943 (Código da Propriedade Industrial). Conduta caracterizada como concorrência desleal. Remessa a órgão de proteção ao consumidor e ao Ministério Público. Recurso de ofício. Art. 14, inciso VII, Lei nº 8.884/94. Inaplicabilidade ao caso da Lei de Defesa da Concorrência. Recurso não conhecido. Divulgação dos autos à Secretaria de Direito Econômico.

JORGE GOMES DE SOUZA
Procurador-Geral Substituto

(OE, nº 273/94)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 211ª REUNIÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1994

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e quatro, às nove horas, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em Brasília-DF, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, sala nº 210, sob a Presidência do Professor Edmundo Alberto Branco de Oliveira. Conselheiros presentes: Miguel Frederico do Espírito Santo, Luiz Alfredo Paim, Maria Eugênia da Silva Ribeiro, Amauri Serravallo, Hermes Vilchez Guerreiro, Aparício Lopes Feltrim, Heitor Piedade Júnior e Mario Julio Pereira da Silva. Verificada a existência de quórum, o Presidente abriu a Sessão, pôs em discussão a Ata da Reunião anterior, realizada em 22.09.94, que foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente propôs uma versão na Pauta para, inicialmente, o Plenário discutir um assunto que requer urgência relacionado ao indulto de Natal de 1994. Com a concordância unânime, apresentou uma Proposta de Resolução concernente às regras de concessão do indulto Natalino de 1994, em decorrência da Lei nº 8.930, de 06.09.94, publicada no D.O.U. de 07 de setembro de 1994, que

dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.972, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos. Em discussão a matéria, os Conselheiros presentes apresentaram sugestões no tocante ao conteúdo da redação. Com as modificações feitas, a Proposta foi aprovada, por unanimidade. Dando continuidade, o Conselheiro Miguel solicitou que a sua Proposta instituído a Medalha do Mérito Penitenciário Nacional, objeto do Processo-MJ nº 15.921/94, fosse adiada para ser discutida na próxima Reunião, porque nem todos os Conselheiros apresentaram sugestões sobre a matéria. Com a aprovação do Plenário, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Hermes Vilchez Guerreiro para apresentar a Proposta de Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, objeto da Resolução nº 08/94, do CNPCP. Na oportunidade, o Presidente ressaltou que a Proposta é de suma importância e propôs que a sua discussão fosse adiada para a Reunião de outubro, até que novas sugestões sejam enviadas ao Relator. Aprovada a Proposta, passou a palavra ao Conselheiro Mario Julio para relatar o Processo-MJ nº 11.925/94, que originou-se de um ofício dirigido ao CNPCP pelo Diretor da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, Doutor Edson de Oliveira Júnior, sobre liberação de estrangeiros, sujeitos a processo de expulsão, independentemente do cumprimento da pena. Após citar que ouviu o Departamento de Estrangeiros da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ sobre o assunto, que trouxe aos autos a manifestação que entendeu cabível, o Conselheiro Relator enfatizou que "Na verdade, essa já parece ser a posição consolidada por este Egrégio Conselho, na análise de situações preteritas. (...) Concluindo o seu Parecer, destacou que "O problema abordado pelo Sr. Diretor da Penitenciária Esmeraldino Bandeira, no entanto, existe, foi colocado ao nosso exame e não difere das situações já mencionadas, que foram ensejo aos processos nos quais já mencionamos com Relatores os Conselheiros George Tavares Amari Serravallo. Assim, considerando: - a posição clara e definida do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a respeito da matéria; - o fato de que os tratados cujos termos já foram acertados entre Brasil e Canadá, e Brasil e Espanha, mereceram aprovação no âmbito do Congresso Nacional (que já promulgou os respectivos Decretos Legislativos), pendendo, todavia, de ratificação, pois o assunto se encontra, no momento, na Presidência da República, para apreciação do Exmo. Sr. Presidente; que identicos tratados estão em estudo, relativamente aos países do MERCOSUL, a Portugal e outros países da América do Sul, entendendo deva este Colegiado, nos limites de sua competência, contribuir para que os casos da espécie tenham uma solução satisfatória e julgo conveniente que o CNPCP sugira ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça que os estudos para novos tratados de transferência de presos, sejam ultimados, principalmente com os países limitrofes ao nosso, solicitando-se, ainda, a Sua Excelência, o exame da viabilidade não só de levar ao Chefe do Poder Executivo a posição do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a respeito, como também a hipótese de encampá-la, diante dos argumentos expendidos. (...) Em discussão a matéria houve unanimidade pela aprovação do Parecer do Relator. Dando sequência, o Conselheiro Mario Julio apresentou outro Parecer sobre o Relatório de Atividades de 1993, do Conselho Penitenciário do Estado do Amapá, com o conteúdo no Processo-MJ nº 8.825/94. No Parecer, o Relator cita que "Em 11 de julho do corrente ano, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária acolheu Parecer deste Relator, no sentido de se baixar o presente processo em diligência, a fim de que o Conselho Penitenciário do Amapá encaminhasse ao Colegiado o Relatório correspondente à Inspeção realizada no Complexo Penitenciário daquele Estado, em complemento à documentação já remetida e que cuida do Relatório de suas atividades no exercício de 1993, de 22.07.94, o Exmo. Sr. Presidente ELOILSON AMORAS DA SILVEIRA TAVORA atendeu à solicitação formulada, remetendo-nos o documento. (...) Posto em discussão, o Parecer foi aprovado, por unanimidade, recomendando-se que se dê ciência ao Presidente daquele Conselho. Dando prosseguimento, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Heitor Piedade Júnior para apresentar Parecer referente a Proposta do Presidente da Sociedade Brasileira de Vitimologia, no sentido de que aquela entidade seja considerada Órgão Consultivo do CNPCP, em matéria criminal, conforme o Processo-MJ nº 17.143/94. Segundo o Conselheiro Heitor, "A Sociedade Brasileira de Vitimologia é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de cunho científico e social, sediada na Avenida Bandeirantes, nº 625, na Cidade de Londrina, no Estado do Paraná, com foro na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 818.77599/0001-48, conforme os documentos 1 e 2. (...) Depois de mencionar a finalidade e os objetivos da entidade, de acordo com seus Estatutos Sociais, o Relator enfatizou que "A Sociedade Brasileira de Vitimologia desejando engajar-se num projeto maior de colaboração junto ao Governo Federal, na pesquisa, na prevenção do problema vitimológico e na assistência às vítimas de crimes e de abuso de poder, vem, através deste Egrégio Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, colocar-se à disposição do Governo, com seu programa, com seus estudos, com suas pesquisas. Para tanto, propõe seu reconhecimento como órgão consultivo, na qualidade de entidade não governamental, em matéria criminal e criminológica, notadamente no vasto campo da Vitimologia, do Ministério da Justiça, sem qualquer ônus para o Poder Público, configurando-se apenas como prestadora de serviços relevantes. (...) Concluindo, o Relator votou favoravelmente ao pleito da entidade, anexando ao Parecer a minuta de Decreto Presidencial. Em discussão o Parecer foi aprovado, por unanimidade, e será submetido à douta apreciação do Senhor Ministro da Justiça. Em seguida, o Conselheiro Luiz Alfredo Paim relatou o Processo-MJ nº 15.491/94, concernente ao Relatório de Atividades de 1993, do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. Segundo o Relator, aquele Conselho cumpriu, razoavelmente, as exigências da LEP, opinando pela aprovação do Relatório. Em discussão, o Parecer foi aprovado, por unanimidade, recomendando-se que se dê ciência ao Presidente daquele Colegiado. Após um intervalo para o almoço, o Presidente reiniciou a Sessão, apresentou ao plenário a Advogada Maria Lúcia de Souza para expor um Projeto para o Sistema Penitenciário Brasileiro, contido na publicação, de sua autoria, "S.O.S. CARCERES". Na sua